

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

## **O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)**

**1.º de Maio: a militant group in the Portuguese revolutionary process (1974-1976)**

**1.º de Maio: un grupo militante en el proceso revolucionario portugués (1974-1976)**

**1.º de Maio: un groupe militant dans le processus révolutionnaire portugais (1974-1976)**

João Lima  
Universidade do Porto-FLUP  
Joaomendes1989@gmail.com

**Resumo:** Este artigo analisa O 1.º de Maio, um grupo político de extrema-esquerda, ativo entre 1974 e 1976, com múltiplos núcleos locais, um jornal semanal homónimo, e que passou ao longo da sua curta história por várias alterações. Trata-se de um grupo que não tinha sido alvo de um estudo socio-histórico sistematizado. Assim, analisaremos inicialmente as características d'O 1.º de Maio, expondo, em seguida, um resumido estado da arte, bem como as opções metodológicas, nomeadamente a análise documental e as entrevistas semi-diretivas, que orientaram este projeto. Por fim, exporemos a história d'O 1.º de Maio, assente em três fases qualitativamente diferentes.

**Palavras-chave:** O 1.º de Maio; extrema-esquerda; PREC; Portugal.

**Abstract:** This article analyzes O 1.º de Maio, a far-left political group, that existed between 1974-1976, having multiple local nuclei, a weekly newspaper, and been subjected to several changes during its short history. This is a group that had not been subjected to a systematic socio-historical study. Thus, we will first analyze the characteristics of O 1.º de Maio, then examine a brief state of the art, as well the methodological choices, namely document analysis and semi-directive interviews, which guided this project. Finally, we will describe the story of O 1.º de Maio, based on three qualitatively different phases.

**Keywords:** 1.º de Maio; far-left; PREC; Portugal.

**Résumé:** Cet article analyse O 1.º de Maio, un groupe politique d'extrême-gauche, actif entre 1974 et 1976, avec plusieurs milieux locaux, un hebdomadaire homonyme, qui a enduré plusieurs changements au cours de sa courte histoire. C'est un groupe qui n'avait pas été le but d'une étude socio-historique systématique. Ainsi, nous analyserons d'abord les caractéristiques de O 1.º de Maio, puis formulerons l'état de l'art, ainsi que des options méthodologiques, à savoir l'analyse de documents et des entretiens semi-directifs, qui ont guidé ce projet. Enfin, nous exposerons l'histoire d'O 1.º de Maio, basée sur trois phases qualitativement différentes.

**Mots-clés:** 1.º de Maio; extrême-gauche; PREC; Portugal.

**Resumen:** Este artículo analiza O 1.º de Maio, un grupo político de extrema-izquierda, activo entre 1974 y 1976, con múltiples núcleos locales, un periódico semanal homónimo, y que ha sufrido varios cambios a lo largo de su corta historia. Es un grupo que no había sido el objetivo de un estudio sociohistórico sistemático. Por lo tanto, analizaremos primero inicialmente las características de O 1.º de Maio, luego expondremos un breve estado del arte, así como opciones metodológicas, a saber, análisis de documentos y entrevistas semi-directivas, que guiaron este proyecto. Finalmente, expondremos la historia de O 1.º de Maio, basada en tres fases cualitativamente diferentes.

**Palabras clave:** 1.º de Maio; extrema-izquierda; PREC; Portugal.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

## Introdução

O objetivo desta investigação não passa por analisar o processo revolucionário português<sup>1</sup>. Contudo, este é indissociável do propósito que pretendemos levar a cabo. Trata-se de uma época que não deixa ninguém indiferente, alvo de lutas pela memória histórica, tributárias do que cada sociedade quer recordar e esquecer (Loff, Piedade & Soutelo, 2014). Tem a particularidade, que Gobille (2018) refere sobre o Maio de 1968, de ser mais objeto de fantasias do que de conhecimento propriamente dito. Além disso, surge como uma época em que tudo parece mudar repentinamente, especialmente se não levarmos em conta a histerese que afeta todas as sociedades e agentes num dado momento. Ou se nos ativermos à sabedoria que advém de saber o final da história e vermos uma época como um simples encadeamento de acontecimentos, que, devido efeito de institucionalização, nos faz parecer a história como linear, e que, não satisfeito, retira aos acontecimentos o que os agentes mais valorizavam: as emoções pelas quais passaram durante aquela fase (Pollak, 1989). Por fim, um outro problema é a compreensão dos esquemas de pensamento e ação dos agentes que viveram essa época e, igualmente difícil, romper com a compreensão dóxica sobre o objeto em análise, evitando desta forma projetar “o seu próprio pensamento do objeto, que é precisamente o produto do objeto” (Bourdieu, 2014: 161).

Nesta época, como em todas, existem “silêncios da história” (Le Goff, 1999: 101), grupos e agentes, por exemplo, que caem no esquecimento, e que por isso urge estudar. É assim o objetivo analisar O 1.º de Maio, um grupo político de extrema-esquerda, ativo entre 1974-1976, que teve vários núcleos locais, um jornal semanal, e que participou ativamente quer nas lutas operárias quer nas lutas nos bairros camarários, entre outras coisas, mas que não foi estudado, estando o seu contributo praticamente circunscrito a quem nele participou. A informação existente é reduzida e fragmentária: a análise de Neves (1976) a alguns textos do jornal *O 1.º de Maio*; uma entrada em Sá (1991: 169); uma referência à participação na FUR (Gomes & Castanheira, 2006: 261) e as memórias de Alexandre (AA.VV., 2011).

---

<sup>1</sup> Artigo baseado na tese de mestrado apresentada pelo autor em 2016 (Lima, 2016). Este artigo apenas se focalizará numa análise resumida da história d'O 1.º de Maio, deixando de fora o estudo do jornal homónimo e a sociologia dos protagonistas.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

Assim, para esta análise, o presente artigo divide-se do seguinte modo: primeiro examinaremos as particularidades do grupo; em segundo, analisaremos o estado da arte e a metodologia em que a investigação se baseou; por fim, procuraremos apresentar uma periodização da história d'O 1.º de Maio.

### **Caracterização d'O 1.º de Maio**

O 1.º de Maio, menos estabilizado e à semelhança de vários grupos que surgiram influenciados pelos modelos do Maio de 1968 (Sommier, 2010; della Porta & Diani, 2006: 147-150), não se enquadra nas características-chave dos grupos de extrema-esquerda, afastando-se da ideia leninista de um partido de massas disciplinado, devido a uma particular rejeição da burocracia partidária. Atuava como um pequeno grupo, pouco estruturado, não-hierarquizado, sem delegação, centralização do poder e normas escritas, apostando numa coordenação informal, sem qualquer tipo de exigência de filiação por parte dos militantes, defendendo a democracia direta e um rousseauísmo, que o situava mais próximo das tradições anarquistas ou libertárias (Alexandre, 2011: 280).

Todavia, todos os grupos políticos precisam de justificar as suas ações, e a principal forma é através da legitimidade ideológica, um conjunto de práticas e valores no qual baseiam a sua atividade política: O 1.º de Maio possuía uma orientação maoísta, nomeadamente no âmbito da linha de massas<sup>2</sup>, tida como essencial para a prossecução do trabalho político. Nunca se caracterizando por uma posição dogmática, note-se. De igual modo, e apesar de em cada campo podermos encontrar um “medo de ser contra” (Bourdieu, 1989: 201-202), que remete para uma certa uniformização dos esquemas de pensamento e ação, no caso d'O 1.º de Maio constatou-se que a subordinação à disciplina era bastante débil, não sendo certo que fosse pretendida de qualquer maneira. O que pode ser visto no recurso ao humor, visível na utilização jocosa da expressão *estalinista* para descrever todos os membros que se pautassem por posições extremadas sobre qualquer tema.

Como mencionado, uma das principais características foi a completa recusa da burocratização, atributo pouco típico em organizações políticas maoístas, que tanto

---

<sup>2</sup> Este conceito era visto como uma resposta ao centralismo democrático. Schram (1989) não deixa de verificar que isto se baseava numa ideia truncada do que realmente era a linha de massas: algo complementar ao centralismo democrático leninista, implicando novas relações entre a liderança e as bases.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

apelavam à centralização no verdadeiro partido revolucionário. Estamos perante o que pode parecer um paradoxo: um grupo que durante a sua existência se pautou por uma defesa incessante de uma maior centralização das lutas num só partido, mas que não possuía nenhum tipo de burocracia e sem quaisquer militantes inscritos. Assemelha-se assim a grupos de vanguarda que transportam para o campo político a lógica do campo intelectual, explicado pela razão de não terem uma base com que se preocupar (Bourdieu, 1989: 184-185). Deste modo, O 1.º de Maio, apesar de ter uma visão do mundo ideologicamente justificada e justificadora, não se pautava pela participação no terreno de competição política, o que não podia deixar de ser: seria inviável fazer um partido com o seu número reduzido de membros<sup>3</sup>. A não-competição eleitoral teve também como efeito um não-antagonismo por parte dos restantes grupos políticos.

Este não-antagonismo, reforçado pelas relações de interconhecimento entre membros dos vários grupos políticos, consequência da participação conjunta nas várias organizações existentes no campo da militância, tudo isto fez com que se conseguisse inserir em meios sociais que de outra maneira lhe estariam vedados. A eficácia de levar a cabo uma ação coletiva dependia não apenas da abertura da estrutura de oportunidades políticas, mas também da capacidade de efetuar alianças com certos interlocutores, fosse com as assistentes sociais da Obra Diocesana para o acesso ao bairro social S. João de Deus ou o contacto com operários em fábricas como a EFACEC. Trata-se do milieu social e partidário (Sawicki, 1997), que assentava em relações de conhecimento de agentes que não pertenciam ao grupo, mas que partilhavam disposições e interesses homólogos, cuja contribuição era essencial para o sucesso das suas ações.

Não nos podemos esquecer também da dimensão afetiva que permeia todos os grupos. Todos estes podem ser vistos como comunidades emocionais partilhando um objetivo comum. Uma outra coisa a reter sobre a identidade coletiva é que esta se baseia em emoções coletivas, sentimentos positivos de pertença a um grupo e da proximidade com os seus membros, o que faz com que a militância tenha valor *per si*, independentemente do sucesso da ação (Jasper, 2011). No caso d'O 1.º de Maio, este sentimento existia: além de estarmos a falar de relações interpessoais já antigas, também

---

<sup>3</sup> Foi possível aferir 46 membros. O número de membros peca por escasso, já que não foi possível descobrir todos militantes que integravam os diferentes núcleos. O que pode explicar a estimativa de uma ou duas centenas postulada por Alexandre (2011: 281).

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

aqui existiam relações amorosas, sendo que a envolvimento de laços de amizade e de amor em torno da causa que defendiam teve o efeito de reforçar e moldar quer as preferências políticas quer o compromisso grupal.

O que não quer dizer que existisse uma perfeita coesão interna: existiam diferentes correntes de opinião sobre o caminho a seguir, o que não deixou de levar ao surgimento de tensões, que foram sendo resolvidas, melhor ou pior, essencialmente através de soluções coletivas. Apesar desta forma ser útil para vincular todos os membros à decisão tomada, em certos casos foi incapaz de repor o equilíbrio interno, tornando inevitável a saída de alguns militantes.

Portanto, O 1.º de Maio pode ser entendido como uma figuração, um círculo de relações sociais interdependentes que une os seus membros, marcado por redes de interconhecimento fortes, em que estes produzem e reproduzem o grupo, baseado numa relação social orientada para um conteúdo de significado bem definido (Elias, 2004), na qual a participação interna era intensa, o normal em grupos pequenos e sem muitos recursos financeiros, que o levou a ter de basear a sua ação em investimentos dos seus próprios recursos, temporais e monetários, quer num saber-fazer militante, assente, em vários casos, num autodidatismo (della Porta & Diani, 2006: 112).

## **Metodologia**

A presente pesquisa foi enformada por um questionamento da trajetória d'O 1.º de Maio, tendo como pano de fundo Portugal entre 1974-1976. Para tal propusemo-nos efetuar a sua sócio-história, procurando estudar as mudanças pelo qual passou ao longo da sua existência.

Levando em conta a perspectiva sócio-histórica da nossa investigação (Noiriel, 2011), consideramos que a estratégia qualitativa, com as suas características compreensivas e interpretativas, era a mais apropriada para o sucesso de uma pesquisa cujo objeto de análise se situa numa época histórica de rutura de inteligibilidade e, por isso, com grandes impactos nos comportamentos e significados atribuídos dos agentes. Elaborado o quadro conceptual adequado ao objeto em causa, optou-se por uma abordagem plurimetodológica que evitasse uma separação artificial dos objetos de pesquisa, permitindo uma maior clarificação, através da obtenção de diferentes perspectivas e conhecimentos parciais sobre o mesmo objeto em análise. Optámos, assim,

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

por duas técnicas: a análise documental, nomeadamente ao jornal *O 1.º de Maio*, através do acesso aos espólios disponibilizados por Mário Brochado Coelho e Ricardo Lima, membros do grupo, que nos permitiram uma compreensão da história e das singularidades d'O 1.º de Maio; e a entrevista semi-diretiva, aplicada a doze militantes. Os contactos foram estabelecidos através do informador privilegiado, tendo-se optado por uma amostra de conveniência. Esta tem a vantagem de facilitar o contacto e a disponibilidade para uma entrevista, não deixando, por outro lado, de criar enviesamentos, como a sobre-representação de elementos do núcleo do Porto.

Relativamente à primeira técnica, é essencial que o investigador efetue uma vigilância epistemológica. Como nenhum documento é neutro, torna-se necessário estudar o seu contexto social e o que este pretende fazer passar, já que pode ter como objetivo, consciente ou não, procurar impor uma certa visão da história (Le Goff, 1999: 86). Temos assim de procurar estudar em que condições sociais foram produzidos, levando em conta a lei geral da produção de discursos, que faz com que os agentes antecipem, inconscientemente, os custos e benefícios de uma opinião num determinado campo (Bourdieu, 1985). A entrevista, por seu lado, trata-se de uma técnica de objetivação bastante exigente para o investigador, em que se pretende levar a cabo um trabalho de rememoração do passado. O problema é que existe sempre um hiato entre o pensamento e a ação, fazendo com que a ação dos agentes acabe por ultrapassar a consciência que se tinha dessa mesma ação, dificultando a sua verbalização (Bourdieu, 2008). Ao falarmos de entrevistas torna-se imperativo abordar a questão da memória, que, como dizia Primo Levi, é um instrumento maravilhoso, mas falível, que vai reorganizando o passado e, em consequência disso, propenso a subjetividade. Por isso, na análise e interpretação das entrevistas, o investigador não deve analisá-las como uma mera descrição, nem ficar refém dos discursos, que podem ir de dois extremos: de um lado, a ilusão biográfica, surgindo a trajetória do agente como se de um romance se tratasse, em que tudo se encaixa (Bourdieu, 2008); e o outro extremo, simbolizado pelo dito de Robert Musil, *es ist passiert*, que impede toda e qualquer análise científica dos discursos.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

## **Estado da arte**

### **Extrema-esquerda: génese e características**

Sem desejarmos imiscuir-nos em debates sobre a relação entre extrema-esquerda/esquerda radical/nova esquerda, que não constituem o âmbito do nosso trabalho (Cardina, 2011, 2010), e apesar do termo extrema-esquerda ser ambíguo e rejeitado por vários elementos desse quadrante político, que o consideram pejorativo, é, porém, o mais utilizado, quer pela academia, quer pela maioria dos intervenientes, para descrever as várias organizações políticas que compunham este universo político. É um conceito que teve a sua génese nas críticas de Lenine ao esquerdismo, às associações políticas que recusavam qualquer acordo tático e que postulavam o recurso a ações armadas. Contudo, após 1965-1968, em Portugal, as expressões esquerdismo e extrema-esquerda acabaram por se tornar coincidentes e passaram a referir-se aos grupos situados à esquerda do PCP (Pereira, 2013). De uma forma resumida, pautavam-se por uma crítica à política do PCUS e dos partidos comunistas que a seguiam, apelidando-os de revisionistas por terem rompido com preceitos tradicionais da teoria marxista-leninista (Cordeiro, 1999a: 712).

A sua génese em Portugal ocorreu na década de 1960, quando surgiu um novo tipo de oposição, que rompeu, quer com a oposição de carácter republicano, quer com o PCP (Rosas, 1994: 542-543; Madeira, 2004: 107). Era uma oposição sociologicamente diferente, mais jovem, com elevados capitais culturais, uma experiência de luta académica, e muito influenciada pelos eventos ocorridos na Revolução Cultural Chinesa e no Maio de 1968, assim como pela realidade da guerra colonial (Cordeiro, 2009; Bebiano, 2003).

Apesar da enorme diversidade de grupos e posições ideológicas, é possível, segundo Cardina (2010: 24-33), delinear algumas características-chave: 1) *combate à alienação e crítica ao economicismo*; 2) *crítica da vida quotidiana*, pois a tomada do poder político seria o início de uma nova sociedade; 3) *crítica às formas de autoridade*, muito influenciada pelos acontecimentos da Revolução Cultural Chinesa e do Maio de 1968, concomitante à desilusão com o modelo soviético (Pereira, 2008); 4) *valorização do papel da juventude*, que passou a ser vista como um dos agentes de mudança social; 5) *pendor anti-imperialista*, muito influenciado por um imaginário de grande simpatia pelos países do terceiro mundo e pela sua luta contra o imperialismo. Acima de tudo, a influência era chinesa, sobretudo a ideia de uma perpétua revolução ancorada nos

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

operários e camponeses e na simbiose entre trabalho manual/intelectual e teoria/prática; 6) *recurso à violência*, que aparecia como essencial na prossecução de uma sociedade sem classes.

Também é possível estabelecer três fases da extrema-esquerda portuguesa até 1974: 1) entre 1964 e 1966, marcado pela génese da CMLP/FAP, bastante importante ao nível da formação ideológica; 2) de 1966 a 1969, em que a repressão destróçou a CMLP/FAP e fez com que as ações dos vários partidos marxistas-leninistas passassem a ser feitas a partir do exterior e com pouca implantação em Portugal; 3) entre 1969 e 1974, quando se deu um aumento da atividade em Portugal e também de crescentes processos de cisão. Após o 25 de Abril, as atividades destes grupos políticos cresceram ainda mais, com uma forte implantação nas lutas populares, tendo sofrido um rude golpe com o 25 de Novembro (Cordeiro, 1999b: 417-420).

### **Contexto histórico: abertura da estrutura de oportunidades políticas**

Quais foram as condições que promoveram as enormes mobilizações no pós-25 de Abril? A explicação mais usual centra-se em tensões sociais, mas não basta. Temos de referir que as mudanças macroestruturais não afetam diretamente as ações coletivas, estando o cerne da questão na conjugação destas mobilizações com as mudanças estruturais ao nível das estruturas de oportunidades políticas (EOP) (Cerezales, 2003).

Como Queirós (2015) constata, para se compreender a ação coletiva é necessário conhecer neste caso a pré-história da ação revolucionária que permitiu, após a abertura da EOP, um rápido aproveitamento das novas possibilidades de ação política. Trata-se de uma abordagem que se afasta da espontaneidade das ações ou da ideia que teriam origem numa determinada consciência de classe. É especialmente relevante o estudo dos “acontecimentos críticos” (Bourdieu, 2016), que permitem uma síntese entre história estrutural e história do acontecimento, expondo as mutações prévias que ficaram em estado latente. Nos primeiros dias após o 25 de Abril, em parte resultado de uma crise de Estado e da ausência das forças repressivas, que reduziu os custos implicados em ações coletivas até então vistas como subversivas, os movimentos sociais tornaram-se um elemento central nas relações de poder, apesar de os novos órgãos de poder não possuírem uma linha de atuação coerente face aos mesmos (Cerezales, 2003). Estamos perante um momento em que o sistema social se caracterizava por uma fluidez nas relações sociais,

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

em que as antigas regras de jogo tinham perdido o seu valor e os agentes desconheciam os custos/benefícios de cada ação, originando a necessidade de um constante trabalho de definição da situação.

Não obstante a relevância das análises sobre a EOP, é necessário algo mais. A mobilização comporta certas condições sociais sem as quais a ação política seria improvável: como as particularidades locais, como a existência de “espaços de tradição revolucionária” (Pereira, 1993: 75) onde se possa recorrer a repertórios de ação e saber-fazer existentes; e, acima de tudo, é necessário que exista uma mola que leve à ação. Essa mola decorre do *habitus* partilhado por aqueles com trajetórias semelhantes e que ocupam posições próximas no espaço social (Bourdieu, 1989).

### **O 1.º de Maio: um grupo político na Revolução de Abril**

O nosso propósito nesta secção passa por elaborar uma sistematização histórica d'O 1.º de Maio, que consideramos ter passado por três fases qualitativamente diferentes.

#### **Primeira fase (abril 1974-junho 1975)**

A pré-história do grupo pode ser traçada no dia 29 de abril de 1974, numa reunião em casa de Mário Brochado Coelho, para se debater a nova situação política e gizar possibilidades de atuação. Nem todos os presentes ingressaram n'O 1.º de Maio: muitos optaram pelo Movimento de Esquerda Socialista (MES); outros procuraram seguir um caminho autónomo, baseado numa influência maoísta: O 1.º de Maio.

A 15 e 17 de maio de 1974 existiram mais duas reuniões, já como O 1.º de Maio, nas quais se debateu o primeiro número de um jornal homónimo a instituir e em que podemos analisar as múltiplas histórias que foram surgindo, desde as tarefas a cumprir, aos princípios-base e à escolha da palavra de ordem. Nestas reuniões surgiu um pouco de tudo: críticas ao trabalho efetuado na manifestação do Dia do Trabalhador; elaboração dos princípios base defendidos pelo grupo: prioridade ao trabalho de base, ao anti-sectarismo, relevância da questão colonial, da luta de classes e da defesa contra qualquer hipótese de reversão da situação político-militar<sup>4</sup>. Sobre as tarefas a cumprir, note-se que algumas foram seguidas até ao fim e outras que nunca chegaram a ser implementadas: a

---

<sup>4</sup> Atas de reunião. Espólio Mário Brochado Coelho.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

expectativa de se editar um jornal semanal; a constituição de subgrupos e alargamento da base de trabalho; a centralização da informação e, mais relevante, a presença onde as massas estiverem<sup>5</sup>. Outrossim, postularam-se alguns princípios de organização, desde a ideia de que se elaboraria cartões de colaboração e, por fim, que todos os membros do secretariado podiam a todo o momento ser saneados<sup>6</sup>. É interessante constatar os dois últimos princípios, que remetem para uma procura de disciplina e estruturação bem definida: enquanto existem registos da existência de cartões de colaboração, estes nunca foram utilizados, não tendo passado de uma ideia que rapidamente foi descontinuada; por outro lado, nunca existiu qualquer processo de saneamento.

O dia 1 de junho de 1974 ficou na história d'O 1.º de Maio: foi quando saiu o primeiro número do jornal *O 1.º de Maio*, com o sub-título de “Jornal de apoio às lutas populares”. Este era composto e impresso na Tipografia Nunes, situada na Rua D. João IV. A sede, provisória, no apartado 532/Porto, situava-se na editora Afrontamento. Situação que se alterou algum tempo depois, passando a sede a localizar-se na rua Duque de Loulé.

Nesta primeira fase, o grupo assentava numa atividade coletiva, que ia desde a preparação e participação em manifestações, na colagem de cartazes, na distribuição do jornal porta-a-porta nos bairros sociais do Porto ou no final do dia nas fábricas, em reuniões na sede sobre a situação sociopolítica ou questões ideológicas, com os inquéritos e entrevistas realizados a operários em luta ou após a última assembleia no bairro S. João de Deus, no apoio jurídico a ocupações de casas em S. Mamede de Infesta, na execução de todos os passos do jornal *O 1.º de Maio*, desde a próxima escolha temática até às alterações de última hora a efetuar na tipografia. Enfim, tudo isto, numa relação circular, reforçava as relações interpessoais que, por sua vez, potenciavam ainda mais a militância, o que era em si uma das recompensas simbólicas desta militância (Pudal, 1989).

Exatamente um mês após a publicação do primeiro número surge uma importante modificação: a emergência do núcleo de Lisboa. Esta foi uma mudança crucial, passando o jornal a possuir dois núcleos redatoriais: no Porto e em Lisboa. A história deste núcleo segue, em parte, a história d'O 1.º de Maio, baseando-se em laços amicais e informais. Mas Lisboa não era o único núcleo. Uma das particularidades do grupo foi a dispersão

---

<sup>5</sup> *Ibidem.*

<sup>6</sup> *Ibidem.*

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

geográfica de uma rede descentralizada de núcleos, extremamente autónomos, o que permitia cumprir uma das tarefas propostas: o alargamento da base de trabalho<sup>7</sup>. De realçar que as fronteiras entre os núcleos eram porosas, sendo comum a colaboração em mais do que um. Em certos casos, existia um intermediário incumbido de estabelecer contacto com O 1.º de Maio, geralmente através da participação em reuniões, nas quais expunha o trabalho do núcleo e contribuições para notícias no jornal.

Nesta primeira fase, existem outras duas datas que marcaram o grupo indelevelmente e acabaram por levar a um extremar dos campos, à semelhança do que aconteceu em todo o país: o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975, que marca o início do PREC e levou a uma aceleração da revolução portuguesa, com a criação do Conselho da Revolução, institucionalização do MFA e nacionalização da banca e seguros. Foi uma altura em que o discurso político de todos os partidos se extremou, e no jornal, nas edições saídas após estes acontecimentos, podemos constatar isso mesmo, com posições mais extremadas sobre o prosseguimento da revolução<sup>8</sup>.

A 2 de Abril começou oficialmente a campanha eleitoral, mas O 1.º de Maio já desde Dezembro de 1974 debatia e preparava as suas posições sobre a questão. Existiram quatro reuniões inteiramente dedicadas às eleições, nas quais as interrogações são muitas, desde qual a posição da revolução perante as eleições, qual a posição que o grupo deveria tomar perante a divisão da frente revolucionária entre a União Democrática Popular (UDP) e a FEC (m-l); qual a posição perante o período eleitoral, se se deveria traduzir por uma “contracampanha eleitoral” ou uma “contra-campanha extra-eleitoral”<sup>9</sup>. A opção foi apoiar a FEC (m-l) e pautar o eixo da ação política por uma intensificação do trabalho e “ataque às forças de direita”<sup>10</sup>. Isso não quer dizer que O 1.º de Maio tivesse alterado as suas posições antiparlamentares: as eleições eram vistas como um “golpe de estado eleitoral” imposto pelas “classes reacionárias”<sup>11</sup>, nomeadamente o PS, PPD e CDS, o que não o distinguia propriamente da posição defendida por outros grupos de extrema-esquerda.

---

<sup>7</sup> Foi possível aferir a existência de dez núcleos: Porto, Lisboa, S. Mamede de Infesta, Gaia, EFACEC, Bairro S. João de Deus, Caminha, Faculdade de Engenharia do Porto, Petrolgal e S. João da Madeira.

<sup>8</sup> Por exemplo, “Alerta Operários! Alerta Trabalhadores!”, *O 1º de Maio*, nº 7, 1 a 31 de outubro de 1974.

<sup>9</sup> Atas das reuniões 19 de fevereiro e 23 de fevereiro de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

<sup>10</sup> Ata da reunião 2 de março de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

<sup>11</sup> “As eleições de Abril”, *O 1º de Maio*, nº 12, 21 de fevereiro a 10 de março de 1975, p. 1.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

Em resultado do apoio à FEC (m-l), O 1.º de Maio foi convidado a participar no *Grande comício da FEC (m-l)*, no Palácio de Cristal, no dia 20 de abril de 1975. O porta-voz foi Ricardo Lima que, numa longa intervenção, expôs a visão do grupo sobre as eleições, acusando-as de servirem para legitimar o PPD, o CDS e o PS, mas já que eram uma realidade, considerava a FEC (m-l) o partido com a linha revolucionária mais clara<sup>12</sup>.

Contudo, segundo opinião de um dos intervenientes, já se começava a duvidar do sucesso da revolução:

«Em 1974, era possível apostar tudo na organização e radicalização do movimento popular. Depois, com a áspera disputa do poder, muda a situação. Escrevi, em 1975, um texto para um jornal estrangeiro em que apontava o beco sem saída do nosso (e meu) esquerdismo: para manter o movimento popular, ou o 'poder popular', não podíamos conceber qualquer desfecho da revolução, fosse 'gonçalvista' ou da direita. Apenas me interessava o impossível *statu quo*. Era uma confissão de impotência. Daí a posterior aposta no otelismo (Jorge Almeida Fernandes, 74 anos, núcleo de Lisboa)»<sup>13</sup>.

É importante salientar que poucos meses após esta confissão de impotência, O 1.º de Maio discutia a possibilidade de ingressar na FUR, um dos setores mais à esquerda do PREC, acabando, de forma surpreendente e efémera, mesmo por se associar. Uma prova que a altura para a aceitação de um (impossível) *status quo* ainda não tinha chegado.

### **Segunda fase (junho 1975-março 1976)**

O processo de transição para uma organização política, apesar de o situarmos numa segunda fase, foi um processo que teve a sua génese bastante antes, a 2 de março de 1975, numa reunião na qual se levantaram as questões: “O 1.º de Maio recebe militantes de organizações políticas? O que é O 1.º de Maio? Quais os seus objetivos? Qual a sua função atual?”<sup>14</sup>. As opiniões não eram unânimes, o que provocou o primeiro conflito interno. Não obstante, devido a mudanças a nível interno, na situação político-militar do país e no setor marxista-leninista, o grupo via-se obrigado a se remodelar, surgindo três possibilidades: a) criação de uma nova alternativa partidária; b) formação de uma alternativa para-partidária; c) uma organização meramente jornalística<sup>15</sup>. A

<sup>12</sup> Texto sem título, 1975. Espólio Ricardo Lima.

<sup>13</sup> Entrevista realizada por *e-mail* a 19 de agosto de 2016.

<sup>14</sup> Ata de reunião, 2 de março de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

questão central era que O 1.º de Maio não deveria terminar, nem se fundir a outra organização do setor marxista-leninista.

Todavia, a terceira possibilidade ficou afastada poucos meses depois: o jornal homónimo deixou de ser editado após o seu décimo sétimo número. Uma das questões, que não é clara, quer nas fontes documentais quer nas entrevistas, é o motivo para o descontinuar. A principal possibilidade, por seu lado, remete para questões económicas. Para validar esta teoria, existe uma carta da distribuidora do jornal, em esta expõe os problemas ao nível de vendas, com taxas de devolução muito elevadas<sup>16</sup>.

A decisão de remodelação ficou a larvar durante mais alguns meses. Apesar de não existir nenhuma referência ao dia em que tal se efetivou, através de uma carta de Mário Brochado Coelho<sup>17</sup>, conseguimos apontar a remodelação para 23/24 de Agosto de 1975, praticamente um mês após a última edição do jornal *O 1.º de Maio*.

No entanto, a 27 de agosto de 1975, poucos dias após a remodelação, Mário Brochado Coelho enviara uma carta, a nível pessoal, para a ORPC-ML a tentar mediar uma fusão entre os dois grupos<sup>18</sup>. Mais de quatro décadas depois, Mário Brochado Coelho defende que a decisão de se formar uma organização política a partir d'O 1.º de Maio foi uma “criancice” e uma “loucura”, e que a decisão mais sensata teria sido “olhar à volta e ver o que há com mais força, com mais capacidade e tudo isso e vamos tentar influenciar por dentro isso” (Mário Brochado Coelho, 77 anos, núcleo do Porto)<sup>19</sup>. Para outros membros, a decisão não passou tanto pela formação de uma organização política com o propósito de participar no terreno de competição política, mas sim:

«(...) era uma questão prática, um ‘bilhete de identidade’ para funcionar politicamente, coisa a que o simples jornal não dava resposta. Não tínhamos condições nem vocação para conceber a criação de um partido-grupúsculo a partir d'O 1.º de Maio. Seria ridículo (Jorge Almeida Fernandes, 74 anos, núcleo de Lisboa)»<sup>20</sup>.

Durante toda a polémica de transição para uma organização política, ocorreu um dos acontecimentos mais significativos para O 1.º de Maio: a efémera adesão ao que ficou

<sup>16</sup> Carta de 3 de abril de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

<sup>17</sup> Carta de Mário Brochado Coelho enviada à ORPC (m-l), 27 de agosto de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> Entrevista realizada a 17 de março de 2016.

<sup>20</sup> Entrevista realizada por *e-mail* a 19 de agosto de 2016.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

conhecido como Frente de Unidade Revolucionária (FUR), frente que, apoiando-se no Documento do COPCON, defendia o avanço do processo revolucionário articulado com os órgãos do poder popular. Para se entender melhor todas as incidências é necessário recuar um pouco. A 13 de Agosto de 1975 é publicado o Documento da Autocrítica do COPCON, uma resposta ao Documento dos Nove. Ambos podem ser vistos como a expressão do pensamento de diferentes caminhos para a sociedade portuguesa. O 1.º de Maio exprime, num comunicado à imprensa, o seu apoio, na generalidade, ao Documento da Autocrítica do COPCON. O apoio não era incondicional, referindo que este deveria ser debatido, em assembleias, pelo poder popular, para que desta forma fosse possível torná-lo “numa real plataforma de acção e conquista do poder pelas massas trabalhadoras”<sup>21</sup>.

A partir de contactos com o núcleo de Lisboa, O 1.º de Maio foi convidado a comparecer, a 25 de Agosto de 1975, numa reunião no Centro de Sociologia Militar, entre o COPCON, a 5ª Divisão, e vários grupos políticos<sup>22</sup>, para apoiar o V Governo Provisório e, ao mesmo tempo, repudiar o Documento dos Nove. Nessa longa reunião, em que o grupo tinha dois delegados “convocados à pressa e sem diretivas” (Jorge Almeida Fernandes, 74 anos, núcleo de Lisboa)<sup>23</sup>, foi formada uma Frente<sup>24</sup>.

No dia 26, O 1.º de Maio edita uma autocrítica e decide sair da Frente. Numa longa autocrítica publicada no *República* e n’*O Primeiro de Janeiro*, defendia que, apesar de concordar com a necessidade de uma frente revolucionária para unir o movimento popular e revolucionário, considerava que esta não preenchia os requisitos mínimos. Para tal seria necessário que juntasse não só os partidos revolucionários, mas também as vanguardas populares com ou sem partido<sup>25</sup>.

Mas o que se passou para que o grupo se sentisse na necessidade de considerar a sua opção do dia anterior incorreta? A questão da adesão foi amplamente debatida, tendo se chegado à conclusão que não se deveria aceitar. O problema é que, durante a reunião

---

<sup>21</sup> Comunicado sem título, 13 de agosto de 1975. Espólio Ricardo Lima.

<sup>22</sup> LCI, LUAR, MDP, MES, PCP, PRP/BR e O 1º de Maio.

<sup>23</sup> Entrevista realizada por *e-mail* a 19 de agosto de 2016.

<sup>24</sup> Depois Frente de Unidade Popular (FUP) e, mais tarde, FUR.

<sup>25</sup> “O 1.º de Maio afasta-se da plataforma acordada por oito partidos e organizações de esquerda”, *O Primeiro de Janeiro*, s/n, 1975, p. 5.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

no Centro de Sociologia Militar, os elementos incumbidos de rejeitar a adesão, decidem concordar, apanhando os restantes membros desprevenidos. As reações foram díspares<sup>26</sup>:

«Um dos metafísicos de Lisboa foi a uma reunião com militares afetos ao Vasco Gonçalves, alguns do Copcon, e representantes dos seguintes partidos: PCP, MDP, MES, LUAR, PRP-BR, LCI e FSP. E nada mais: aceitou a criação de uma frente dita popular com aquela maralha toda. Em nome da fortíssima organização que é o 1.º de Maio...O país ficou a saber que existia...Uma vergonha (Mário Brochado Coelho, 77 anos, núcleo do Porto)».<sup>27</sup>

«Eu senti-me muito importante, porque essa coisa do Rádio Club Português foi por telefone, fazem-me perguntas tipo ‘Mas o doutor Álvaro Cunhal disse...’ [risos]. (...) Mas então a adesão à FUR, aí é quando o Arnaldo Matos fala do ‘grande O 1.º de Maio e o pequeno PCP’. E a resposta que lhe dou, e é sincero da minha parte, é com sinceridade, eu não sabia, ‘Isso é uma provocação do PCP’ [risos] (António Gonçalves, 75 anos, núcleo EFACEC)»<sup>28</sup>.

Apesar desta efémera entrada na Frente, as limitações da ação d’O 1.º de Maio tornavam-se cada vez mais claras, resultantes da descontinuidade do jornal homónimo: essencialmente através da divulgação das suas posições através de comunicados e alguns boletins densamente teóricos, mas sem a descrição pormenorizada de casos locais característica do seu jornalismo revolucionário (Lima, 2016). Isso é particularmente visível no acompanhamento da crise RASP/CICAP, um momento de grande conflito no seio das forças armadas e que O 1.º de Maio considerava o primeiro passo para a constituição de um “exército revolucionário”<sup>29</sup>. Existem inúmeros comunicados diários, mas geralmente a apelar a manifestações e ao apoio dos soldados revoltosos<sup>30</sup>. E apesar de todos os comunicados, o último a 20 de novembro de 1975, a apelar à vigilância operária e à necessidade de não cair na “armadilha” levada a cabo pelas “forças contrarrevolucionárias”<sup>31</sup>, deu-se o 25 de novembro. Este acarretou o encerramento da estrutura de oportunidades políticas, o que afetaria o rumo político do país, com um

<sup>26</sup> Aqui devemos levar em consideração as diferentes épocas em que estas reações foram plasmadas, uma em 1975, e a segunda, em 2016, com um distanciamento perante o acontecimento que permite uma perspetiva irónica perante o mesmo.

<sup>27</sup> Carta de Mário Brochado Coelho para Maria da Graça Mota, 5 de setembro de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

<sup>28</sup> Entrevista realizada a 29 de janeiro de 2016.

<sup>29</sup> Por exemplo, “Vivam os soldados do RASP e CICAP! Fora com a provocação”, 10 de outubro de 1975. Espólio Ricardo Lima.

<sup>30</sup> “Façamos do CICAP uma escola de Revolução”, 6 de outubro de 1975. Espólio Ricardo Lima.

<sup>31</sup> “Alerta! Ao povo do Norte, ao povo do Porto!”, 20 de novembro de 1975. Espólio Ricardo Lima.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

esboroamento das estruturas de base populares, que, como não podia deixar de ser, afetou de sobremaneira O 1.º de Maio, que tanto se apoiava, e centrava a sua ação, nessas mesmas forças.

Além do sentimento de que tinham sofrido um duro revés, existiu uma difícil reunião em casa de Ricardo Lima e Luísa Cerveira Pinto, a 26 de novembro. Foi também o momento em que João Félix e a sua esposa, Luísa Félix, optaram por abandonar o grupo e aderir à UDP<sup>32</sup>. O ajustamento coletivo que ocorre sempre após a abertura ou encerramento da EOP não é imediato, e, por isso mesmo, os agentes não deixam de tentar ações políticas para testar a reação adversária, bem como para procurar novas definições da situação. A primeira defendia que nem tudo estaria perdido: era necessário não deixar morrer a “alternativa revolucionária” e apelava à criação de “Comités de luta contra a repressão”<sup>33</sup>. Para tal realizaram-se cinco reuniões com outros grupos políticos<sup>34</sup>, tendo por base a proposta d’O 1.º de Maio plasmada no texto “Organizemo-nos contra a repressão”<sup>35</sup>. No entanto, a proposta dos Comités de luta contra a repressão, essencialmente de pendor defensivo, nunca passou das reuniões.

### **Terceira fase (abril 1976-setembro 1976)**

É perante este quadro de dificuldades que o grupo entra na terceira fase da sua história. Nota-se claramente um retrocesso: as lutas tornam-se mais localizadas e defensivas. A institucionalização do Estado e a desmobilização dos movimentos sociais de base, fez com que as lutas em que O 1.º de Maio tanto investiu se fossem esboroando, afetando diretamente os seus núcleos locais, que praticamente desapareceram, restando apenas os do Porto, Lisboa e S. Mamede de Infesta. Contudo, esta terceira fase foi marcada por uma pluralidade de novas iniciativas dos seus membros, uma verdadeira transfiguração, algumas que acabariam por perdurar para além da existência do próprio grupo, como a *Gazeta da Semana*, os Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP) e o jornal *Fato-Macaco*.

---

<sup>32</sup> Entrevista efetuada a Ricardo Lima a 16 de fevereiro de 2016.

<sup>33</sup> “Combater a repressão e o alto custo de vida”, 16 de dezembro de 1975. Espólio Ricardo Lima.

<sup>34</sup> MES, UDP, PRP, FSP e CARP. As reuniões ocorreram entre 22 de janeiro de 1976 e 12 de fevereiro de 1976. Espólio Ricardo Lima.

<sup>35</sup> “Organizemo-nos contra a repressão”, 2 de janeiro de 1976. Espólio Ricardo Lima.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

A 1 de abril de 1976 surgiu o semanário *Gazeta da Semana* que, apesar de ser um projeto autónomo, possuía o contributo de vários membros d'O 1.º de Maio: Jorge Almeida Fernandes surgia como diretor-adjunto interino; José “Pepe” Gonzalez como redator; Fátima Patriarca, Nuno Pereira da Silva, Ricardo Lima e Valentim Alexandre como colaboradores. Os próprios textos da *Gazeta da Semana* seguem em parte a linha d'O 1.º de Maio, isto é, um jornalismo que se afasta dos pressupostos da neutralidade e objetividade, como era visível nos textos de José “Pepe” Gonzalez, que continuavam a narrar as lutas em empresas e bairros anteriormente acompanhadas pel' O 1.º de Maio, nomeadamente de S. Mamede de Infesta<sup>36</sup>.

Nesta fase, a atividade d'O 1.º de Maio torna-se cada vez mais irregular. Desde o último comunicado sobre os comités de luta contra a repressão passaram-se praticamente dois meses até que voltasse a editar um comunicado. Este serviu para marcar uma fase de relativa intensidade, consequência das eleições legislativas e das presidenciais, a 25 de Abril e 27 de junho de 1976, respetivamente. Alguns argumentos foram recuperados da eleição do ano anterior, como a definição de todo o processo como um “golpe de estado eleitoral”<sup>37</sup>. Mas a situação político-institucional tinha mudado: lamentava-se a oportunidade desperdiçada pelo movimento popular, que demonstrou “não ter força” para organizar um “Governo verdadeiramente representativo dos seus interesses”<sup>38</sup>.

Entre junho e setembro de 1976, O 1.º de Maio dedicou-se essencialmente a dois projetos: ao jornal *Fato-Macaco*, que teve um único número, editado em junho de 1976, e à edição de três números do *Boletins para discussão interna*, instrumentos de recurso para manter ativos os militantes e tentar reorganizar o grupo. O terceiro número dos *Boletins*, editado em setembro de 1976, começava com uma questão que implica sempre um mau augúrio: fazia sentido continuar-se com O 1.º de Maio? A resposta era positiva, pois os dois blocos da esquerda revolucionária - PCP(R)/UDP e ex-FUR (MES/PRP) - não davam garantias suficientes para a construção de uma direção política para o movimento popular<sup>39</sup>. Apesar disso, ainda nesse mês, a 27 de setembro de 1976, lança o comunicado: “Comemoração da vitória popular do 28 de Setembro e apoio à reforma

---

<sup>36</sup> Como “Lionesa: G3, mauser e sabre não chegam”, *Gazeta da Semana*, nº3, 15/21 de abril de 1976, p. 9.

<sup>37</sup> “O 1.º de Maio e as eleições legislativas”, 6 de março de 1976. Espólio Ricardo Lima.

<sup>38</sup> *Ibidem*. Ver também “Votamos contra a direita pela afirmação do campo revolucionário”, 22 de abril de 1976. Espólio Ricardo Lima.

<sup>39</sup> *Boletim de discussão interna*, nº3, setembro de 1976.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

agrária dos trabalhadores alentejanos” e, sem nada o fazer prever, trata-se do último registo d’O 1.º de Maio, que se desagregou em seguida, acabando assim uma história de mais de dois anos de luta.

Podemos afirmar que esta trajetória pode ser explicada em parte pelas mudanças que ocorreram no contexto político-militar português entre 1974 e 1976, com o surgimento explicado pelo aproveitamento da abertura da EOP, consequência de uma já longa trajetória militante de muitos dos seus membros (Lima, 2016), e com evoluções qualitativas até ao Verão Quente, em que se deu um acontecimento crucial na sua história: a descontinuidade do jornal *O 1.º de Maio*, que acabou por cercear a dinâmica da militância, ainda mais afetada com o 25 de Novembro.

## **Conclusão**

Esta pesquisa teve como objetivo estudar a génese e a estruturação d’O 1.º de Maio, que existiu entre 1974 e 1976 e cujos membros se encontravam ligados por meio de relações de interconhecimento e com um objetivo em comum: a implementação de um regime socialista em Portugal. Durante a sua existência, pautou-se pelo envolvimento em várias formas de luta, nomeadamente nas lutas operárias e nos bairros camarários, e pela tentativa de criar um verdadeiro partido revolucionário que agregasse todas as forças populares. O equilíbrio do grupo não se deixou de alterar, consequência das saídas de membros e de mudanças estruturais que afetavam as suas margens de ação.

Consideramos que a história d’O 1.º de Maio, intimamente ligada à conjuntura político-militar nacional, se caracteriza por três fases: a primeira fase engloba a pré-história do grupo e a criação do jornal homónimo; a segunda fase, trata da nem sempre pacífica passagem para uma organização política, que acarretou as primeiras saídas de militantes, o fim da edição do jornal homónimo, e a efémera participação na FUR; a terceira fase, marcada por um claro retrocesso nas suas ações, essencialmente defensivas, mas, igualmente, por uma pluralidade de novas lutas, efémeras na maior parte.

De igual modo, é possível verificar que O 1.º de Maio se pauta por diferenças substanciais em relação aos restantes grupos de extrema-esquerda portugueses, afastando-se da ideia leninista de partido, marcando-se por um claro distanciamento da burocracia partidária, o que o tornou pouco estruturado e marcado por uma coordenação informal, muito mais próximo das tradições libertárias do que propriamente maoísta.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

Para concluir, julgamos desta forma que a militância n'º 1.º de Maio, apesar de não se inserir numa militância típica de partidos comunistas ou marxista-leninistas, é igualmente relevante para uma análise mais fina e sistemática deste período da história portuguesa. Uma militância marcada por uma confluência da homologia entre predisposições e as exigências do campo militante que possibilitou uma militância livre, desprovida de qualquer tipo de burocratização e exigências de pertença exclusiva, o que acabou mesmo por ser uma das principais atrações para vários dos membros. Por outras palavras, o facto de este grupo lhes permitir um local em que podiam ter discussões políticas sem a necessidade de adesão e com uma elevada capacidade de usar o humor numa época marcada por uma imensa polarização política.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

### **Bibliografia:**

#### **Fontes :**

*1.º de Maio (O)*, de n.º 1, 1 de junho de 1974, a n.º 17, 25 de julho de 1975.

*Boletim de Discussão Interna*, de n.º 1, junho de 1976, a n.º 3, julho de 1976.

*Gazeta da Semana*, de n.º 1, 1 de abril de 1976, a n.º 32, 15 de janeiro de 1977.

Espólios de Mário Brochado Coelho e Ricardo Lima.

#### **Estudos:**

AA.VV (2011), *Pátria Utópica*, Lisboa, Bizâncio.

ALEXANDRE, Valentim (2011), “Uma vida privada”. In AA.VV., *Pátria Utópica*, Lisboa, Bizâncio, pp. 277-291.

BEBIANO, Rui (2003), *O poder da imaginação*, Coimbra, Angelus Novus.

BOURDIEU, Pierre (1985), *¿Qué significa hablar?*, Madrid, Akal.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Algés, Difel.

BOURDIEU, Pierre (2008), “Compreender”. In Pierre Bourdieu (coord.), *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, pp. 693-732.

BOURDIEU, Pierre (2014), *Sobre o Estado*, Lisboa, Edições 70.

BOURDIEU, Pierre (2016), *Homo Academicus*, Lisboa, Pedagogo.

CARDINA, Miguel (2010), *O Essencial sobre a Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus.

CARDINA, Miguel (2011), *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China.

CEREZALES, Diego Palacios (2003), *O Poder Caiu na Rua*, Lisboa, ICS.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (1999a), “Extrema-Esquerda”. In António Barreto & Maria Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, pp. 712-714.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (1999b), “Maoísmo”. In António Barreto & Maria Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, pp. 417-421.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2009), “Ao Serviço do Povo Venceremos”: a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974), *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, n.º 5, pp. 119-158.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

della PORTA, Donatella & DIANI, Mario (2006), *Social movements. An introduction*, Londres, Blackwell.

ELIAS, Norbert (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.

GOBILLE, Boris (2018), *Mai 68*, Paris, La Découverte.

GOMES, Adelino & CASTANHEIRA, José Pedro (2006), *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, Expresso/Público.

JASPER, James M. (2011), Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research, *Annual Review of Sociology*, vol. 37, pp. 285-304.

LE GOFF, Jacques (1999), *Reflexões Sobre a História*, Lisboa, Edições 70.

LIMA, João (2016), *O 1.º de Maio. Um grupo militante no processo revolucionário português: nascimento, morte e transfiguração*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto, FLUP.

LOFF, Manuel; PIEDADE, Filipe & SOUTELO, Luciana Castro (orgs.) (2015), *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina.

MADEIRA, João (2004), “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, In Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira (orgs.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 91-135.

NEVES, Artur J. Castro (1976), *Contribuição para a percepção da cultura (política) em Portugal*, [s/l], Contra a Corrente.

NOIRIEL, Gérard (2011), *Introducción a la sociohistoria*, Madrid, Siglo XXI.

PEREIRA, José Pacheco (1993), *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva.

PEREIRA, José Pacheco (2008), *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Alêtheia.

PEREIRA, José Pacheco (2013), *Armas de Papel*, Lisboa, Temas e Debates.

POLLAK, Michael (1989), Memória, esquecimento, silêncio, *Revista de Estudos Históricos*, vol. 2, nº. 3, pp. 3-15.

PUDAL, Bernard (2010), *Prendre parti. Pour une sociologie historique du PCF*, Paris, Presses de Sciences Po.

QUEIRÓS, João (2015), *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto, Afrontamento.

ROSAS, Fernando (1994), *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10\_1a11

SÁ, Vítor de (1991), *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1936-1986*, Lisboa, Caminho.

SAWICKI, Frédéric (1997), *Les réseaux du Parti socialiste*, Paris, Belin.

SCHRAM, Stuart (1989), *The Thought of Mao Tse-Tung*, Cambridge, Cambridge University Press.

SOMMIER, Isabelle (2010), Revolutionary groups after 1968: Some lessons drawn from a comparative analysis, *Twentieth Century Communism*, vol. 2, n.º 2, pp. 66-91.